



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 9ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Plenária Ordinária

15 de julho de 2023

1 Ao décimo quinto dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, às dez horas e vinte e seis minutos,
2 iniciou-se o segundo dia da Nona Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono
3 Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram de forma presencial: Alessandra Santos de
4 Almeida, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Célia Mazza de Souza, Clarissa
5 Paranhos Guedes, Fabiane Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de
6 Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Juliana de Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa
7 Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de
8 Bicalho, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura e Rosana Mendes Éleres de
9 Figueiredo. Participaram de forma virtual: Evandro Morais Peixoto e Jefferson de Souza Bernardes. Pedro
10 Paulo Gastalho de Bicalho inicia a reunião saudando as¹ participantes, e justificando as ausências. Em
11 seguida, passou à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 15. SAPP - AÇÕES DE LANÇAMENTO DO**
12 **SISTEMA (Processo Sei nº 576600003.000236/2023-91).** Jefferson de Souza Bernardes contou que
13 considerando a previsão de lançamento do Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluizio Lopes
14 de Brito, o seu Colegiado tem dialogado, nas reuniões recentemente realizadas, acerca das ações a
15 serem organizadas. Entre as ações vislumbradas, prevê-se: 17 (dezesete) de agosto de 2023 (dois mil e
16 vinte e três) ou 18 (dezoito) de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), no período vespertino: Realização
17 de reunião por vídeo conferência (se for realizada no dia 17/08) ou presencial na Sede do CFP (se for
18 realizada no dia 18/08) para apresentação do Sistema e alinhamento de outros aspectos a ele
19 relacionados; 18 (dezoito) de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), no período matutino: Ato de
20 lançamento do SAPP, durante a Sessão Solene Dia Nacional da Psicóloga, no Congresso Nacional;
21 Realização de *live* específica de lançamento do SAPP, na semana subsequente à Sessão Solene, entre os
22 dias 21 (vinte e um) e 25 (vinte e cinco) de agosto. Ponderou que é preciso fazer a reunião com os
23 Conselhos Regionais o mais rápido possível. E comentou que há a proposta de construção de um vídeo
24 para auxiliar na divulgação do SAPP. O Plenário aprovou o calendário. Não havendo dúvidas, passou-se
25 aos encaminhamentos. **Encaminhamentos:** A) Aprovado lançamento do SAPP no dia 18 (dezoito) de
26 agosto, no período da manhã, durante a Sessão Solene Dia Nacional do Psicólogo, no Congresso
27 Nacional. B) Aprovada a realização de reunião com os Conselhos Regionais no dia 18 (dezoito) de agosto
28 de 2023 (dois mil e vinte e três), à tarde, híbrida, na Sede do Conselho Federal com os Conselhos
29 Regionais para apresentação do Sistema e alinhamento de outros aspectos a ele relacionados. C)
30 Aprovada a realização de *live* específica sobre o SAPP, na semana subsequente à Sessão Solene, entre os
31 dias 21 (vinte e um) e 25 (vinte e cinco) de agosto. D) Aprovada a elaboração de vídeo para divulgação do
32 SAPP. **Ponto 16: SAPP - LISTAGEM DE PRÁTICAS CONSOLIDADAS E DIÁLOGO COM ENTIDADES**
33 **ESPECIALISTAS (Processo Sei nº 576600003.000238/2023-81).** Izabel Augusta Hazin Pires referiu que o
34 Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluizio Lopes de Brito tem lançamento previsto para agosto
35 de 2023 (dois mil e vinte e três) e, no âmbito de sua estrutura, vislumbra-se disponibilizar listagem de
36 práticas já consolidadas no arcabouço da Psicologia, em conformidade com encaminhamentos prévios
37 oriundos da Plenária do Conselho Federal. A partir dos diálogos realizados pelo Colegiado do SAPP, foi
38 feito um levantamento relativo a tais práticas. Observa-se que para composição da lista, considerou-se
39 como critério a existência de normativa interna sobre as práticas em questão ou, ainda, a existência de
40 instituições de renome a elas associadas. Integram a lista: Hipnose: Hipnoterapia - A Resolução CFP nº 13
41 de 2000 aprova e regulamenta o uso da Hipnose como recurso auxiliar de trabalho do Psicólogo;
42 Acupuntura: Previamente reconhecida por meio da Resolução CFP nº 5 de 2002 que, embora
43 posteriormente revogada, legitimou o uso da Acupuntura como recurso complementar no trabalho do
44

45 psicólogo; Arteterapia: Prática referenciada na Resolução CFP nº 13 de 2007, que instituiu a consolidação
46 das resoluções relativas ao título profissional de especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e
47 procedimentos para seu registro, a qual foi posteriormente substituída pela Resolução CFP n.º23, de
48 2022; Musicoterapia: A Resolução CFP nº 4 de 1974 dispõe sobre divulgação e emprego profissionais da
49 Psicodança, da Musicoterapia, da Expressão Corporal; Bioenergética: O Fórum de Entidades Nacionais da
50 Psicologia Brasileira (FENPB) é integrado pela FLAAB – Federação Latino Americana de Análise
51 Bioenergética. Ainda em relação à estrutura do SAPP, o Colegiado definiu a inclusão de "Fichas Sínteses"
52 das diversas práticas que integrarão o Sistema, tanto para as consideradas consolidadas, como para as
53 futuras práticas que virão a ser avaliadas, a fim de que sejam detalhadas as informações a
54 seguir: Objetivo; breve descrição; População a que se aplica; aonde se aplica; Restrições para aplicação
55 (se houver). Neste sentido, e a fim de contemplar devidamente as especificidades necessárias, o
56 Colegiado propõe estabelecer diálogos com as entidades e grupos vinculados às práticas supracitadas, a
57 fim de solicitar subsídios no delineamento das "fichas síntese" para inclusão prévia no SAPP. Considerou-
58 se, assim, a possibilidade de se estabelecer contato com as seguintes entidades: Sociedade
59 Interamericana de Hipnose; Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA); União Brasileira
60 de Associações de Arteterapia; União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM); Federação
61 Latino Americana de Análise Bioenergética (FLAAB). Dessa forma, é preciso: Apreciar a lista inicial de
62 práticas consideradas consolidadas no arcabouço da Psicologia. Apreciar a listagem de entidades
63 especialistas para delineamento de "fichas síntese" e outros subsídios relacionados às práticas
64 consideradas consolidadas no arcabouço da Psicologia. Célia Mazza de Souza ponderou sobre a
65 musicoterapia, ressalta que existem cursos de graduação em musicoterapia e psicólogas
66 musicoterapeutas. Rodrigo Acioli Moura perguntou sobre a acupuntura. Gabriel Henrique Pereira de
67 Figueiredo ponderou que a bioenergética não tem resolução anterior então pensa que não deve constar
68 nas fichas síntese. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que deve ser feita a análise se a prática é psicológica
69 ou não. Se é psicológica deve ser analisado se é compatível com o exercício profissional ou se não é
70 compatível. Jefferson de Souza Bernardes evidenciou sobre as questões da musicoterapia, pois considera
71 que é compatível com o exercício da psicologia. Sobre a acupuntura disse que é reconhecida como sendo
72 uma prática compatível com o exercício profissional da psicologia. Não havendo mais dúvidas, passou-se
73 aos encaminhamentos. **Encaminhamentos:** A) Aprovada por unanimidade a lista inicial de práticas
74 consideradas consolidadas no arcabouço da Psicologia, com exceção da bioenergética, a saber: Hipnose:
75 Hipnoterapia, Acupuntura, Arteterapia e Musicoterapia. B) Aprovada a listagem de entidades
76 especialistas para delineamento de "fichas síntese" e outros subsídios relacionados às práticas
77 consideradas consolidadas no arcabouço da Psicologia, a saber: Sociedade Interamericana de Hipnose;
78 Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA); União Brasileira de Associações de
79 Arteterapia; União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM). **Ponto 17: PRÊMIO "SYLVIA
80 LESER DE MELLO: PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA" - 2ª EDIÇÃO (2023)**
81 **(Processo Sei nº 57660003.000058/2023-07).** Antônio Virgílio Bittencourt Bastos contou que durante a
82 cerimônia de encerramento do 6º CBP, em 2022 (dois mil e vinte e dois) foi realizada a cerimônia de
83 entrega da premiação dos ganhadores do Prêmio Sylvia Leser de Mello: práticas inovadoras no exercício
84 profissional. Como parte das atividades realizadas aos 60 anos da Psicologia, o Prêmio teve como
85 principal objetivo identificar, valorizar e divulgar estudos e experiências de psicólogas(os) que se
86 caracterizam como avanços inovadores em termos de produção de conhecimento nos diversos campos
87 da Psicologia. Devido ao sucesso da iniciativa, que contou com mais de 160 (cento e sessenta) trabalhos,
88 revelando a importância das práticas inovadoras para a sociedade, foi proposta a continuidade do
89 prêmio, por meio da Resolução 32, de 15 de dezembro de 2022, esta instituiu o Prêmio "Sylvia Leser de
90 Mello: Práticas inovadoras no exercício da Psicologia" em formato anual. Informamos que foi revisto o
91 orçamento para a premiação, de forma que estão iguais os valores totais e os referentes à premiação
92 em si, com os outros prêmios do Conselho Federal, a saber, Prêmio Virgínia Bicudo e Prêmio João W.
93 Nery. Comentou sobre os critérios para a formação da comissão de avaliação, destacando que é preciso
94 formar a comissão. O plenário anuiu a instituição do prêmio. **Encaminhamentos:** Aprovadas as
95 providências para a publicação do Edital, com realização da premiação prevista para a solenidade dos 50
96 anos do CFP, em dezembro. **Ponto 18: RELATÓRIO SOBRE O PROCESSAMENTO DE CADASTROS NA
97 PLATAFORMA E-PSI (Processo Sei nº 57660003.000148/2023-90).** Rodrigo Acioli Moura afirma que a
98 regulação da oferta de serviços psicológicos à distância é objeto de atenção do Conselho Federal desde a
99 última década do século passado. Neste intervalo, evoluiu da proibição da oferta desses serviços fora da
100 Academia para o reconhecimento da importância das TICs para a evolução da profissão no Brasil. Com o
101 advento da Resolução CFP nº 11, de 2018, reconheceu-se as limitações impostas pela Resolução CFP nº

102 11/2012, ao delimitar os tipos de tecnologia da informação utilizadas, que já não acompanhavam as
103 formas de difusão de serviços em meios digitais, especialmente com o advento dos pagamentos digitais,
104 das plataformas de e-commerce e os ambientes comerciais aninhados nas redes sociais. Estabeleceu-se,
105 assim, um novo paradigma, calcado nos princípios deontológicos próprios da profissão. Este avanço
106 permitiu maior liberdade de ação à psicóloga e desvinculou o Conselho Federal da responsabilidade de
107 ser fiador da qualidade de sítios de Internet, plataformas digitais ou redes sociais, sem desprezar,
108 entretanto, as preocupações que envolvem a oferta de serviços mediados por TICs. A Autarquia
109 expandiu a possibilidade de oferta de serviços sob amparo ético da autonomia profissional, o que exige,
110 em contrapartida, a observância do dever de apenas ofertar serviços para os quais o profissional esteja
111 tecnicamente capacitado. Essa mudança aumentou sobremaneira a capacidade de o Conselho Federal
112 responder às mudanças velozes do mundo tecnológico, garantindo a manutenção de seu papel
113 institucional. Por conta da Pandemia da COVID-19 o Conselho Federal viu-se obrigado a exarar a
114 Resolução CFP nº 04, de 2020. Esta segunda norma modulou os efeitos da Resolução CFP 11/2018 e
115 permitiu a resposta das psicólogas às situações emergenciais, flexibilizando as vedações aos
116 atendimentos de pessoas em situações de vulnerabilidade, mostrando a importância do domínio técnico
117 das ferramentas de TIC's pela psicóloga, para também responder a questões desafiadoras como as que
118 se anunciaram com a pandemia. Ocorre, entretanto, que a Resolução 11/2018 e a plataforma E-Psi,
119 desenvolvida pelo Conselho Federal para hospedar os cadastros dos profissionais que oferecem serviços
120 psicológicos mediados por TICs, criam exigências para os profissionais e para os Conselhos Regionais que
121 tornam dificultosa a administração desses cadastros. Hoje, o uso de TICs no exercício profissional é
122 ubíquo, cabendo avaliar as restrições remanescentes na Resolução 11/2018 a fim de acomodá-la mais
123 adequadamente para o momento atual. O conselheiro relembra que este ponto é remanescente e que o
124 intuito era auxiliar a Secretaria de Orientação e Ética na discussão sobre o E-Psi e o termo de
125 compromisso. Não houve dúvidas, encaminhou-se. **Encaminhamentos:** O Conselheiro Rodrigo Acioli
126 Moura irá apresentar para a Secretaria de Orientação e Ética o relatório para ser utilizado como subsídio
127 do Grupo de Trabalho Revisão da Política de Orientação e Fiscalização. **Ponto 19: CAIXA DE ASSISTÊNCIA**
128 **DAS PSICÓLOGAS (CAPP).** André Luis Soares (GGP) ponderou sobre a possibilidade de criação de uma
129 Caixa de Assistência das Psicólogas, nos moldes das que existem no CONFEA e na OAB, destaca que se
130 trata de oportunidade a ser considerada pelo Plenário. A GGP fez um estudo das leis de criação,
131 regimentos internos, orçamentos e benefícios da Mútua (Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA)
132 e da Caixa de Assistência dos Advogados. Inicialmente, ele apresentou a proposta para a Diretoria.
133 Ponderou que a caixa de assistência é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade
134 jurídica, patrimônio próprio, autonomia financeira e administrativa. O principal objetivo é oferecer a
135 seus associados planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais, de acordo com sua
136 disponibilidade financeira, respeitando o seu equilíbrio econômico-financeiro. Elencou alguns benefícios
137 para a categoria e possibilidades para o Sistema. Referiu como deve ser criada a Caixa de Assistência.
138 Comentou sobre as fontes de receitas e sobre a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica. Falou
139 também sobre a estrutura que a Caixa de Assistência deve ter. Por fim, salientou as deliberações do 11º
140 Congresso Nacional da Psicologia. Disse que é importante a criação de um Grupo de Trabalho e a
141 primeira tarefa deste Grupo de Trabalho seria entrar em contato com a Mútua e a Caixa de Assistência
142 da OAB e verificar os acertos e desafios da experiência. Posteriormente faz-se necessário articular no
143 Congresso Nacional um parlamentar que possa apoiar a causa. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
144 perguntou se no 11º CNP houve alguma deliberação específica para a criação da Caixa de Assistência,
145 pois verificou que algumas deliberações podem ser abarcadas pela Caixa de Assistência, mas que não
146 são específicas. Questionou sobre o Censo e como este material será analisado e estudado para viabilizar
147 a implantação da Caixa de Assistência. Pensa que o Censo deva ser considerado. Perguntou sobre a
148 viabilidade de implantação da Caixa de Assistência para o Sistema Conselhos. Sobre a gestão, o que o
149 preocupa é a relação do Sistema com a Caixa de Assistência, uma vez que a categoria passará a esperar,
150 algo do Sistema Conselhos que não é a sua atuação finalística. Perguntou sobre a ART- Anotação de
151 Responsabilidade Técnica. Izabel Augusta Hazin Pires perguntou como será diferenciada as profissionais
152 que se inscrevem, a questão da autonomia, perguntou também se foi pensado algo em referência ao
153 porte dos Conselhos Regionais, algum estudo que mencione percentuais distintos para os Conselhos
154 Regionais e perguntou também sobre a ART- anotação de responsabilidade técnica, se é um selo de
155 qualidade e como será feito com o selo de qualidade e os processos éticos. Rodrigo Acioli Moura
156 parabenizou a pesquisa e perguntou se existe equipe específica nos Conselhos para implantar a Caixa de
157 Assistência e como é realizado nos outros Conselhos. André Luis Soares (GGP) disse que os benefícios
158 em pagar a Caixa de Assistência são grandes e mencionou sobre a PEC 108, sobre os tributos que não

160 voltam às profissionais, e que foi rebatida justamente pelo Confea e OAB que possuem a Caixa de
161 Assistência. Informou sobre a Caixa de Assistência dos Advogados e foi respondendo às dúvidas
162 eventuais. Juliana de Barros Guimarães pensa que tem que ajustar a ideia e perguntou sobre o selo da
163 ART – anotação de responsabilidade técnica, se é intermediário de uma prestação de serviço a terceiros
164 e como seria isso. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que a Universidade Federal do Rio de Janeiro
165 possui Caixa de Assistência e pontuou que os benefícios são extremamente satisfatórios e exemplificou o
166 plano de saúde que ele possui pelo CRP 05. Destaca ainda que alguns Conselhos Regionais realizam
167 ações que se assemelham à Caixa de Assistência. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pontuou que o
168 maior problema é a profissional autônoma e defende que seja discutida essa modalidade. Ponderou
169 sobre as psicólogas que atuam nas políticas públicas. Perguntou se dá para fazer leis diferentes para ART
170 e psicólogas das políticas públicas. Perguntou se não irá prejudicar a relação das profissionais com o
171 Sistema. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos pensa que é preciso aprovar a ideia de criar Grupo de
172 Trabalho para avaliar com mais profundidade as questões. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo se
173 preocupa com a criação da Caixa de Assistência e a possibilidade de esvaziamento das contribuições e
174 das atividades, porque não está evidenciada a relação entre a Caixa de Assistência e o Sistema
175 Conselhos. Falou que a anuidade é tributação condicionada ao exercício profissional e quem recebe esta
176 tributação é para uma atividade finalística e fica preocupado com esta questão. Jefferson de Souza
177 Bernardes propõe que o diálogo seja continuado e acha importante a criação do Grupo de Trabalho e
178 que este assunto ultrapassa a gestão atual. Alessandra Santos de Almeida gostaria que a reflexão
179 continuasse neste plenário, pois é a assunção de um posicionamento político que pode mudar o foco do
180 Sistema. André Luis Soares (GGP) disse que a Caixa de Assistência pode executar tarefas que hoje o
181 Sistema Conselhos não faz, como auxiliar na montagem de um consultório de uma quilombola psicóloga,
182 ou no deslocamento de uma psicóloga para atender a uma situação de emergência e desastre. Maria
183 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro reforçou a importância do debate e destaca ser necessário deixar mais
184 nítida a proposta. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que o encaminhamento do ponto é a criação de
185 um Grupo de Trabalho Interno para discussão e pautar para próxima plenária. O Grupo de Trabalho
186 Interno será formado por: Alessandra Santos de Almeida, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Gabriel
187 Henrique Pereira de Figueiredo e Rodrigo Acioli Moura com a assessoria de André Luis Soares (GGP).

188 **Encaminhamentos:** A) Aprovada criação de um GT interno, composto por Virgílio Bastos, Alessandra
189 Almeida, Gabriel Henrique e Rodrigo Acioli, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a
190 implementação da Caixa de Assistência das Psicólogas. B) O assunto deve retornar para
191 acompanhamento da Plenária. A plenária foi interrompida às 12:56h (doze horas e cinquenta e seis
192 minutos) e retomada às 14:54h (catorze horas e cinquenta e quatro minutos). **Ponto 20:**
193 **REPRESENTAÇÃO DO CFP: FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DA ÁREA DA SAÚDE (FCFAS) (Processo**
194 **Sei nº 576600020.000886/2023-29).** Rodrigo Acioli Moura disse que nos dias 16 (dezesesseis) e 17
195 (dezesete) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), na 8ª (oitava) Reunião Plenária Ordinária do XIX
196 Plenário, entrou em pauta a recomposição da representação do CFP junto ao Fórum dos Conselhos
197 Federais da Área da Saúde (FCFAS). Naquele momento, o plenário deliberou que as atuais
198 representantes deveriam conversar entre si e que o diálogo deveria ser retomado na plenária do mês de
199 julho, para dar continuidade ao debate sobre a participação dos representantes no FCFAS e pensar o seu
200 redesenho. Após diálogos iniciais, sugere-se: Pleno: Titular: Rodrigo Acioli Moura; Suplente: Ivani
201 Francisco de Oliveira. O plenário sugeriu a inversão da composição. Comissão de Educação: Titular: Ivani
202 Francisco de Oliveira; Suplente: a definir. Comissão de Orientação e Fiscalização: Titular: Rodrigo Acioli
203 Moura; Suplente: a definir. Perguntou se ele e Ivani Francisco de Oliveira podem participar como
204 titulares para dar celeridade e amplitude aos encaminhamentos. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que a
205 universalização das atividades proporciona o amplo acompanhamento das discussões. Jefferson de
206 Souza Bernardes pensa que a proposta é muito interessante e se colocou à disposição para assumir a
207 suplência da Comissão de Educação. Neuza Maria de Fátima Guareschi disse que a candidatura de
208 Jefferson de Souza Bernardes é ótima, pois ele pode acompanhar a pauta da EaD. Rodrigo Acioli Moura
209 disse que irá conversar com Carolina Saraiva e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro para verificar
210 qual das duas conselheiras ficará na suplência da COF do FCFAS. Neuza Maria de Fátima Guareschi disse
211 que assumirá a suplência e Jefferson de Souza Bernardes assumirá a titularidade da CNRM- Comissão
212 Nacional de Residências Multiprofissionais. Não havendo mais dúvidas, encaminhou-se.

213 **Encaminhamentos:** Aprovadas representações do CFP junto ao FCFAS: Pleno: Titular: Ivani Francisco de
214 Oliveira; Suplente: Rodrigo Acioli Moura. Comissão de Educação: Titular: Ivani Francisco de Oliveira;
215 Suplente: Jefferson de Souza Bernardes. Comissão de Orientação e Fiscalização: Rodrigo Acioli (Titular). A
216 suplência será aprovada *ad referendum*. **Ponto 21: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O CONCURSO DO CFP**

217 **(Processo Sei nº 576600229.000056/2023-65)**. André Luis Soares (GGP) contou que com o concurso
218 público CFP 2023 (dois mil e vinte e três) aprovado, é importante fazer a discussão sobre as reservas
219 legais e as leis de cotas. As leis de cotas para pessoas pretas e para pessoas com deficiência preveem,
220 respectivamente, 20% (vinte por cento) e 5% (cinco por cento) de reserva legal. Existem outros órgãos
221 realizando concursos com percentuais de reserva de vagas diferentes, e mesmo prevendo vagas para
222 outras minorias, como pessoas trans ou indígenas. Trouxe uma apresentação considerando alguns
223 cenários possíveis para as cotas. Entretanto, há significativa insegurança jurídica sobre essas inovações, e
224 diversos editais de concursos vêm sendo impugnados, ou os órgãos podem ser obrigados a dar
225 provimento judicial a candidatos da ampla concorrência. Apresentou a previsão de vagas. Disse que a
226 discussão deve ser sobre a ampliação da reserva de vagas. Comentou que algumas Universidades já
227 possuem regulamento próprio que prevê a ampliação e inclusão de vagas cotistas, como vagas para trans
228 e indígenas. Angélica Kely Abreu (Gjur) disse que é preciso analisar a legalidade do alargamento dessas
229 proporções e falou de algumas normativas que justificam maior porcentagem de ações afirmativas.
230 Pensa que deve institucionalizar o debate com outros atores sociais. E mencionou que quem responde é
231 o dirigente em caso de judicialização. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos disse que não é possível colocar
232 o dirigente na berlinda no caso da judicialização. Emanuelle Silva (CGest) sugere a criação de um Grupo
233 de Trabalho Interno com conselheiras e funcionárias para avançar nas discussões e estratégias para
234 concursos posteriores. Comporão o Grupo de Trabalho: Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin
235 Pires, Rodrigo Acioli Moura, Nita Tuxá, Fabiane Rodrigues Fonseca, André Luis Soares e Emanuelle Silva.
236 Após ampla discussão foi aprovado o cenário previsto em lei. Os encaminhamentos foram lidos e
237 aprovados. **Encaminhamentos:** A) Aprovado cenário conforme o previsto em lei (20% ppp). B) Fazer
238 levantamento dos percentuais atuais da reserva legal do corpo funcional dos trabalhadores efetivos do
239 Conselho Federal, por meio da autodeclaração. C) Institucionalizar o debate com outros atores sociais
240 (ex: DIEESE, IPEA, Ministério da Igualdade Racial) para elaborar dossiê sobre a pauta e fortalecer as
241 justificativas de ampliação das reservas legais, para um próximo concurso. D) Criar Grupo de Trabalho
242 com funcionários e conselheiros para avançar na discussão e nas estratégias para concursos posteriores,
243 formado por: Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Rodrigo Acioli Moura, Fabiane
244 Rodrigues Fonseca e Nita Tuxá e pelos funcionários: André Luis Pereira e Emanuelle Silva. **Ponto 22:**
245 **VALIDAÇÃO DOS CARGOS PROPOSTOS (Processo Sei nº 576600229.000032/2023-14)**. André Luis Soares
246 (GGP) comentou que o concurso público do Conselho Federal foi aprovado, com pré-aprovação das
247 vagas então indicadas, estas, entretanto, deveriam retornar para validação final da Diretoria. A Comissão
248 de Organização do concurso foi designada pela Portaria CFP nº 20/2023. Após reuniões da comissão,
249 uma proposta final de cargos a serem contemplados pelo Edital do concurso foi definida. Importante
250 ressaltar que havia 36 (trinta e seis) vagas pré-aprovadas, das quais 17 (dezesete) seriam para
251 substituições de cargos de livre nomeação e livre exoneração. Com o novo dimensionamento realizado
252 pela comissão de organização do concurso público, haverá 35 (trinta e cinco) vagas, das quais 19
253 (dezenove) para substituições de cargos comissionados. Submetemos essa proposta para validação final
254 do plenário para que a comissão possa dar seguimento à contratação da banca. O servidor técnico
255 apresentou as vagas. O plenário anuiu pela ampliação da divulgação das vagas. **Encaminhamento: A)** O
256 plenário anuiu pela aprovação dos cargos propostos. B) Ampliar vagas do concurso público para: 03
257 Analistas de TI-Desenvolvimento e 03 Analistas Administrativos, considerando a política de cotas. C) A
258 divulgação de vagas para Técnicos Administrativos deve contemplar 10 vagas. **Ponto 23: DELEGAÇÃO DO**
259 **CFP EM CONGRESSO: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABEP (Processo Sei nº 576600020.000767/2023-**
260 **76) e REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL: CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DO FENPB NA**
261 **CONDIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO CFP (Processo Sei nº 576600005.000254/2023-53)**.
262 Os dois pontos foram discutidos em conjunto. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho referiu que o XIV
263 Encontro Nacional da ABEP acontecerá no entre os dias 7 (sete) e 9 (nove) de setembro de 2023 (dois mil
264 e vinte e três). Conforme deliberado na 11ª (décima primeira) Reunião de Diretoria do XIX Plenário do
265 Conselho Federal de Psicologia, realizada no dia 04 (quatro) de maio de 2023 (dois mil e vinte e três), o
266 conselheiro presidente Pedro Paulo Gastalho de Bicalho representará o Conselho Federal na Mesa de
267 Abertura do XIV Encontro Nacional, dia 07 (sete) de setembro, às 10h15 (dez horas e quinze minutos).
268 Conforme deliberado na 12ª (décima segunda) Reunião de Diretoria do XIX Plenário do Conselho Federal
269 de Psicologia, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2023 (dois mil e vinte e três), está autorizada a
270 participação de conselheiros interessados e que atuem na área de formação. Comentou que o Encontro
271 ocorrerá em Campinas e que a submissão de trabalhos deverá ser feita no site do evento até o dia 15
272 (quinze) de agosto. Para apresentação do trabalho é imprescindível que todos os autores estejam
273 inscritos no evento. No ato da submissão, deve ser enviado resumo do trabalho, de acordo com as

274 normas, indicando a modalidade de apresentação e o eixo temático ao qual se vincula a proposta. Os
275 resumos deverão ter até 1.300 (hum mil e trezentos) caracteres, com espaços, e seguir o padrão de
276 formato e estrutura da ABNT. A data e o horário em que o trabalho será apresentado serão
277 determinados pela organização do evento. Limite de até 03 (três) trabalhos inscritos por proponente. Em
278 seguida falou sobre as modalidades de apresentação: conferência, Mesas Redondas, Conversando Sobre,
279 Minicursos, Pôsteres, Lançamento de Livro. Referiu sobre os eixos temáticos: Desafios teóricos e éticos
280 da formação; Metodologias de ensino-aprendizagem; Políticas públicas e a formação do psicólogo;
281 Direitos humanos, desigualdade e inclusão; Desafios regionais para a formação e atuação do psicólogo;
282 Regulação e avaliação de cursos; Formação e práticas de estágio e de extensão; Formação em psicologia
283 e interprofissionalidade. Posteriormente, Pedro Paulo comentou sobre os critérios gerais para
284 participação em eventos como representante do Conselho Federal de Psicologia. Ponderou que o Fórum
285 de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) é constituído por 27 entidades. O Conselho
286 Federal de Psicologia é a entidade atualmente responsável pela Secretaria Executiva do Fórum, sendo
287 representado pelos conselheiros Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e Juliana Barros Guimarães. As
288 entidades realizam, periodicamente, encontros, simpósios, seminários, congressos e outros eventos de
289 abrangência nacional, para os quais convidam o Conselho Federal de Psicologia para compor mesa de
290 abertura e para participar de debates com falas e apresentações. A Diretoria do Conselho Federal de
291 Psicologia traz ao Plenário a necessidade de definir critérios para a participação de conselheiras/os
292 nesses eventos, na condição de representação institucional da autarquia. Neuza Maria de Fátima
293 Guareschi comentou que estão produzindo material orientativo sobre estágio e que é importante para o
294 XIV Encontro Nacional da ABEP. Pensa ser pertinente a proposição de uma Mesa sobre Estágio e que o
295 Conselho Federal de Psicologia possa participar. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que no segundo
296 semestre sempre há muitos eventos e que a maioria deles é realizada por entidades do Fenpb e
297 perguntou se poderiam estabelecer critérios de participação e também verificar a questão dos custos.
298 Jefferson de Souza Bernardes disse que tem dois pontos no Encontro da Abep que são muito
299 importantes, o SAPP e a EaD. Então pensa que participação do Conselho Federal de Psicologia é muito
300 importante. Rafael Taniguchi (CGex) pensa que a participação do Conselho Federal de Psicologia pode
301 ser condicionada a, por exemplo, isenção da inscrição da participante. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
302 disse que o Fenpb tem a expectativa de apoio do Conselho Federal de Psicologia, e que algumas
303 entidades são mais incisivas na solicitação de apoio, Pensa que um dos critérios de participação do
304 Conselho Federal é a pertinência de determinada conselheira com a pauta e que, no caso da Abep, a
305 pauta é bem extensa. Pensa que seja importante desenvolver algo que vincule as pautas e as ações com
306 a pertinência dos Fóruns. Falou sobre a Ulapsi e que deve ser pautada em plenária a discussão sobre o
307 papel da Ulapsi. Izabel Augusta Hazin Pires evidenciou os critérios de apoio ao Fenpb. Gabriel Henrique
308 Pereira de Figueiredo pensa que o Conselho Federal de Psicologia deva estar presente no Encontro da
309 Abep para discutir a formação e que deve ser constituído Grupo de Trabalho Interno sobre Formação.
310 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro reforça que o Conselho Federal de Psicologia deve ter
311 articulação com cada entidade que é diferenciada. Acha que pensar em critérios é muito importante,
312 mas ao mesmo tempo é preciso definir cada ação a partir de cada evento e que os critérios não devem
313 ser genéricos. Pensa que é preciso ter fluxo de informação, porque esperar as plenárias mensais para dar
314 as informações dos eventos é moroso. Sugeriu que fossem informados os eventos já acontecidos para
315 verificar se há alguma ação por fazer. Ivani Francisco de Oliveira encaminhou que na próxima plenária
316 deve ser trazido o ponto de pauta da Ulapsi, com a avaliação da participação do Conselho Federal de
317 Psicologia no Congresso. Sobre os Grupos de Trabalho ponderou que é preciso que façam as atividades
318 e que conversará com as conselheiras coordenadoras para verificar o andamento dos Grupos de
319 Trabalho. Célia Mazza de Souza disse que não são só os critérios, mas que é preciso averiguar a relação
320 da conselheira com a pauta e se a pauta é pertinente ao Sistema Conselhos. Pensa que é preciso
321 apresentar um calendário prévio dos eventos. Comentou que no mesmo período que acontecerá o
322 Encontro da Abep acontecerá o evento da Abrasme que contará com a presença de Carla Isadora
323 Barbosa Canto, Fabiane Rodrigues Fonseca, Marina de Pol Poniwas e Nita Tuxá. Evandro Morais Peixoto
324 justificou a participação ampliada no Congresso do IBAP, pois fez muitas articulações. Comentou sobre os
325 minicursos para pareceristas que foi um sucesso, o que ocasionou o aumento do número de pareceristas
326 e que estes espaços são muito importantes. Jefferson de Souza Bernardes pensa que no Encontro da
327 Abep deva estar presente a coordenadora do SAPP, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega. Após
328 ampla discussão, passou-se aos encaminhamentos. **Encaminhamentos:** A) Sugestão de temas para
329 mesas no XIV Encontro Nacional da ABEP: Apresentação do SAPP: Jefferson de Souza Bernardes.
330 Discussão do EAD: Antônio Virgílio Bittencourt Bastos e Jefferson de Souza Bernardes. DCNs, estágios:

331 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Neuza Maria de Fátima Guareschi. Lei 13935: Rosana Mendes Éleres
332 de Figueiredo e Raquel Guzzo. B) Solicitar à ABEP a política de isenção de inscrições ao Congresso. C)
333 Elaborar protocolo de participação dos conselheiros em Congresso. D) Critérios sugeridos: Verificar
334 política de isenção de inscrições; A pauta do evento deve ter relação com o Sistema Conselhos de
335 Psicologia; Analisar pertinência da participação do CFP; Analisar a participação do Conselho Federal em
336 cada evento, verificando se justifica participação ampliada no evento; Compartilhar com o Plenário o
337 calendário dos eventos previstos; Participação do Conselho Federal será avaliada a cada congresso.

338 **Ponto 24: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL JUNTO À POLÍTICA NACIONAL DE**
339 **MIGRAÇÕES, REFÚGIO E APATRIDIA (Processo Sei nº 576600020.000510/2023-14).** Pedro Paulo
340 Gastalho de Bicalho referiu que no dia 16 (dezesesseis) de março de 2023 (dois mil e vinte e três)
341 participou de reunião do espaço Grupo de Trabalho Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.
342 Em seu Relatório de Participação Pedro solicita pautar na plenária discussão sobre articulação de
343 políticas de saúde mental junto à Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia para
344 posicionamento do Conselho Federal. Disse que o desdobramento deste ponto foi a construção da
345 Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. **Encaminhamento:** Não houve encaminhamento.

346 **Ponto 25: REPRESENTAÇÃO DO CFP: FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL**
347 **(FNRDS) (Processo Sei nº 576600005.000095/2023-97).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que a
348 representação do Conselho Federal de Psicologia no Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade
349 Social (FNRDS) tem como Titular a sua pessoa. Solicita-se confirmar sua disponibilidade para seguir na
350 Titularidade e a indicação de Suplente para composição do Conselho Federal junto ao espaço. Maria
351 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro comentou que, às vezes, as participações em formato remoto são mais
352 difíceis que as participações presenciais. Após discussão, foi indicada a conselheira Rosana Mendes
353 Éleres de Figueiredo para a suplência. **Encaminhamento:** A Conselheira Rosana Mendes Éleres de
354 Figueiredo foi indicada como Suplente para o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social
355 (FNRDS). **Ponto 26: INFORME SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO CFP JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE**
356 **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR (Processo Sei nº 576600020.000742/2023-72).** Fabiane
357 Rodrigues Fonseca comentou que no dia 11 (onze) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três) o Ministério
358 da Igualdade Racial encaminhou Ofício com o Assunto: Transição dos mandatos das entidades da
359 sociedade civil do Biênio 2021/2022 para o Biênio 2023/2024 no âmbito do Conselho Nacional de
360 Promoção da Igualdade Racial. O Ofício faz referência à Nota Técnica nº 1/2023/APSD.MIR/GAB.MIR/MIR
361 elaborada pela Assessoria de Participação Social e Diversidade, esta apresenta a recomendação de
362 procedimentos para transição dos mandatos das entidades da sociedade civil do Biênio 2021/2022 para
363 o Biênio 2023/2024. A Nota Técnica informa: 1. A expiração dos mandatos de representações de
364 entidades da sociedade civil, titulares e suplentes referentes ao Biênio 2021-2022; 2. A expiração dos
365 mandatos das três personalidades notoriamente reconhecidas, no âmbito das relações raciais, referentes
366 ao Biênio 2021-2022; 3. A manutenção da composição da Comissão Eleitoral instituída pela Resolução nº
367 33, de 30 de dezembro de 2022, com as representações do governo designadas pela Resolução nº 34, de
368 30 de dezembro de 2022; e 4. A necessidade de elaboração de novo cronograma e proposta de edital
369 pela Comissão Eleitoral para regulamentar o processo seletivo do biênio 2023-2024,. Falou de sua
370 participação no Encontro de Mulheres Quilombolas, que o Encontro foi um sucesso e produziram um
371 material muito importante. Ivani Francisco de Oliveira pensa que fica evidente a disputa por este espaço
372 e que deve ser colocado em pauta o Conselho Federal de Psicologia, o que tem sido produzido e os
373 espaços de representação sobre a temática que tem ocupado. **Encaminhamentos:** Construir a
374 representação do Conselho Federal nos debates sobre a temática. **Ponto 27: INDICAÇÃO DE**
375 **ESPECIALISTAS PARA COMPOR A COMISSÃO AD HOC DE ELABORAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA**
376 **ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO CREAS (Processo Sei nº 576600012.000013/2019-39).** Maria
377 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro salientou que a Comissão *ad hoc* de elaboração da Referência Técnica
378 para Atuação de Psicólogas(os) no CREAS é composta hoje pelas participantes: Márcia Mansur Saadallah
379 (BH), Rita de Cássia Oliveira Assunção (SP), Marina Angélica Silva Queiroz (RN), Vânia Baptista Nery (SP) e
380 Solange Leite (PR). Contávamos com a participação de Déborah Akerman (BH) que, por motivos pessoais
381 e profissionais, não conseguirá seguir no processo. Diante da saída da última participante citada e, em
382 contato com as atuais participantes da Comissão, indicou-se o nome de uma nova participante. Em
383 virtude de sua atuação na Assistência Social e, por já ter participado de outros processos de elaboração
384 de Referências Técnicas, deliberou-se pela inclusão de Consuelena Lopes Leitão (AM). Aprovada a
385 indicação por aclamação. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de Consuelena Lopes Leitão para
386 compor a comissão de especialistas responsáveis pela elaboração da Referência Técnica para Atuação de
387 Psicólogas(os) no CREAS. **Ponto 28: REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL - CIAMP-RUA: PROCESSO**

388 **ELEITORAL DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA**
389 **NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (Processo Sei nº 576600005.000255/2023-06).**
390 Daniel Arruda (GRI) contou que estão abertas as inscrições para entidades da sociedade civil e
391 movimentos sociais interessados em compor comitê intersetorial voltado às pessoas em situação de rua.
392 O prazo para se candidatar ao Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política
393 Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) vai até o próximo dia 17 (dezesete) de
394 julho. Informou os pontos importantes do edital: 3.3. O mandato das Entidades da Sociedade Civil e dos
395 Movimentos Sociais da população em situação de rua será de 2 (dois) anos, admitindo-se uma
396 recondução por igual período conforme art. 4º, do Decreto nº 9.894, de 2019. 3.4. Cada uma das
397 Entidades da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais eleitos indicará seus representantes, um titular e
398 um suplente, para composição do CIAMP-Rua. 3.4.1 Entre os representantes será obrigatória a indicação
399 de, no mínimo, uma mulher, entre titular e suplente, e de uma pessoa autodeclarada preta, parda ou
400 indígena, entre titular e suplente, nos termos do art. 3º, § 6º do Decreto 9.894, de 2019, alterado pelo
401 Decreto nº 11.472, de 2023. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho perguntou se há o interesse de o Conselho
402 Federal de Psicologia em participar deste espaço. O plenário indicou Rodrigo Acioli Moura como titular e
403 Alessandra Santos de Almeida como suplente. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo pontuou que a
404 conselheira Carolina Saraiva gosta muito do tema e trabalha com ele. Dessa forma, a Gerência de
405 Relações Institucionais entrará em contato com a conselheira Carolina Saraiva para verificar o seu
406 interesse. Caso ela não deseje, a conselheira Alessandra Santos de Almeida será a suplente.
407 **Encaminhamentos:** A) Aprovada a candidatura do Conselho Federal a uma vaga junto ao Comitê
408 Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação
409 de Rua (CIAMP-Rua). B) Indicados para acompanhar o processo eleitoral: Titular: Rodrigo Acioli Moura;
410 Suplente: Carolina Saraiva. (A GRI fará contato com a Conselheira para consultar interesse e
411 disponibilidade). Em caso de não aceite, a indicação para a suplência é Alessandra Santos de Almeida.
412 **Ponto 29: INFORME SOBRE FLUXO PARA SOLICITAR PONTO DE PAUTA PARA DIRETORIA E PLENÁRIA**
413 **(Processo Sei nº 576600026.000028/2023-24).** Fernanda Mendes (SE) informou que para que a reunião
414 Plenária e Diretoria tenham um bom andamento e sejam produtivas, é necessário seguir um fluxo prévio
415 de organização. Atualmente, o fluxo funciona da seguinte forma: a. As conselheiras solicitam às
416 gerências a elaboração dos pontos de pauta; b. As gerências providenciam a solicitação de deliberação e
417 subsídio para o ponto e enviam para a Secretaria Executiva; c. A Secretaria Executiva avalia o material e,
418 caso esteja com todas as informações necessárias, passa pela Coordenação Geral, que, por meio de
419 despacho, autoriza a inserção na pauta da reunião Plenária ou Diretoria (a depender do assunto); d. De
420 posse do despacho da Coordenação Geral, a Secretaria Executiva insere este ponto na pauta da reunião
421 indicada (Plenária ou Diretoria); e., após a inserção de todos os pontos na pauta, esta é reordenada,
422 conforme semelhança de objetivo, e secundariamente em blocos dos setores de onde partiram; f. Depois
423 de reordenada, os pontos são tagueados, conforme assunto e ainda sinalizadas as urgências.
424 Atualmente, o Conselho Federal possui vinte e duas conselheiras, entre efetivas e suplentes, dois
425 coordenadores, onze gerências, doze supervisões e uma assessoria parlamentar, o que representa um
426 volume grande de solicitações. Para que todo este processo aconteça de forma harmônica, e com
427 chances menores de erro, faz-se necessário que toda a equipe do Conselho Federal e conselheiras
428 estejam alinhados e tentem se antecipar, a fim de respeitar o fluxo e o prazo estabelecido pela SE que,
429 atualmente, é de 4 (quatro) dias úteis que antecedem a data da reunião. Carla Isadora Barbosa Canto
430 solicitou que o fluxo fosse encaminhado por e-mail. **Encaminhamento:** Encaminhar o fluxo aos
431 Conselheiros por e-mail. **Ponto 30: INFORMAR SOBRE O EVENTO DA PLENÁRIA INDÍGENA REALIZADA**
432 **NO CFP (Processo Sei nº 576600005.000123/2023-76).** Nita Tuxá contou que no dia 24 (vinte e quatro)
433 de abril de 2023 (dois mil e vinte e três) ocorreu a Plenária indígena realizada no Conselho Federal. A
434 Plenária foi composta por 32 (trinta e duas) indígenas psicólogas. Dentre os pontos da pauta, destaca-se
435 o início da elaboração de um documento de apresentação da Plenária indígena ao Sistema Conselhos de
436 Psicologia. Pede que seja feita uma reunião online com as indígenas psicólogas para finalizar a carta,
437 informa que um dos assuntos seria a questão das cotas. Pensa também que seja importante pensar na
438 referência do Crepop e que esta seja uma referência regionalizada. Diz não saber qual seria a
439 modalidade ideal de documento a ser produzido, se uma Nota Técnica ou uma Resolução sobre atuação
440 das psicólogas dentro dos territórios indígenas. Informou sobre a Comissão de Direitos Humanos e o seu
441 planejamento estratégico. Neuza Maria de Fátima Guareschi comentou que o Crepop elaborou a
442 referência técnica sobre os povos indígenas no ano passado e pensa que como desdobramento deva ser
443 elaborada uma Nota Técnica, destaca que o Crepop pode auxiliar. **Encaminhamento:** A) Realizar reunião
444 com as indígenas psicólogas que participaram da Plenária Indígena, de forma virtual, para finalizar a

445 carta. B) Elaboração de Nota Técnica que contemple as regionalidades das diversas etnias, de forma
446 macro, com auxílio do CREPOP. **Ponto 31: INFORME DE REPRESENTAÇÃO PELA COLABORADORA ANA**
447 **PAULA SOARES - REUNIÃO DE ALINHAMENTO E APRESENTAÇÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO**
448 **PELA SOCIEDADE CIVIL PARA A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA – CASC (Processo Sei nº**
449 **576600020.001266/2023-15).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho contou que no dia 19 (dezenove) de
450 junho de 2023 (dois mil e vinte e três) a colaboradora Ana Paula Soares participou, como representante
451 do Conselho Federal, da Reunião de alinhamento e apresentação do Comitê de Acompanhamento pela
452 Sociedade Civil para a Classificação Indicativa - CASC. Em seu relatório de participação Ana Paula Soares
453 apresenta os seguintes informes e encaminhamentos: 1. Agilizar a nomeação dos membros do CASC,
454 uma reivindicação do grupo que ficou parada nos anos anteriores. O CFP participou de reuniões e estão
455 aguardando a documentação para a nomeação. 2. Apresentar a Política de Classificação Indicativa em
456 eventos e congressos relacionados à Infância e Adolescência, visando fortalecer a política que foi
457 enfraquecida nos últimos anos. Sugere-se uma campanha nesse sentido. 3. Realizar reuniões entre
458 membros do Ministério da Justiça e CASC para a formação sobre modelos de análise, descritores e
459 outros detalhes da política de classificação indicativa. 4. Retomar as reuniões regulares do CASC,
460 agendando uma nova reunião para 10 de agosto de 2023, às 14h, no formato híbrido. 5. Discutir projetos
461 e temas que afetam a Política de Classificação Indicativa. Durante a reunião, foram mencionados: o novo
462 sistema de banco de dados em construção, formas de comunicação com as famílias, uma liminar obtida
463 pela ABET sobre exibição de programas para maiores de 18 (dezoito) anos em horários comerciais, o
464 Projeto de Lei no Senado 2628 e a necessidade de articulações com a sociedade e órgãos de controle
465 social, como o Ministério Público. Ela coloca-se à disposição para continuar nessa representação, caso
466 seja de interesse do Conselho Federal. A plenária definiu Ana Luiza de Souza Castro como titular e Ana
467 Paula Soares como suplente. **Encaminhamento:** Indicada como Titular Ana Luiza Castro, e manter Ana
468 Paula Soares como suplente. **Ponto 32. PROCESSO ELEITORAL - CNDPI: INFORME E ATUALIZAÇÃO**
469 **SOBRE O PROCESSO (Processo Sei nº 576600020.000996/2023-91).** Daniel Arruda (GRI) informou que o
470 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI/MDH está realizando processo eleitoral para
471 escolha das entidades da sociedade civil que comporão o CNDPI para o biênio 2023-2025. A Gerência de
472 Relações Institucionais realizou o processo de inscrição em prazo hábil, recebendo o comunicado de que
473 o CFP está habilitado para participar da eleição, na qual a autarquia será representada pela conselheira
474 Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Os próximos passos do processo, conforme o edital, seguem
475 abaixo: 26/07/2023: Assembleia de Eleição, exclusivamente presencial; 28/07/2023: Prazo máximo para
476 indicação dos representantes das entidades eleitas; 04/08/2023: Publicação da relação das entidades da
477 sociedade civil eleitas para compor o CNDPI no biênio 2023-2025. A definir: Posse dos membros do
478 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI. OBS: Em consonância com o disposto no art.
479 11, § 3º do Decreto nº 11.483, de 6 de abril de 2023, após a cerimônia de posse, o CNDPI reunir-se-á em
480 sessão plenária específica para escolha e posse do/a Presidente/a e do/a Vice-Presidente/a, observando-
481 se que, para o biênio 2023-2025, a presidência será ocupada por representante da sociedade civil e a
482 vice-presidência por representante do governo. Considerando o curto prazo para a realização das
483 eleições e, caso eleito, indicação de seus representantes, é necessário que o Plenário indique suas
484 possíveis representantes titular e suplente. Dessa forma, é preciso deliberar possíveis representantes,
485 titular e suplente, do Conselho Federal, caso eleito. Debater estratégias de articulação para a votação. O
486 plenário definiu como titular a conselheira Rosana Mendes Éleres de Figueiredo e como suplente a
487 conselheira Fabiane Rodrigues Fonseca. O segundo dia da reunião plenária foi encerrado às dezoito
488 horas e dois minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e
489 assinada por todas as presentes nomeadas. _____

490

491

492

493

494

495

496

497

Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 17/01/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 19/01/2024, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 19/01/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 25/01/2024, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 25/01/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 28/01/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 29/01/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 29/01/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 29/01/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 31/01/2024, às 00:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 06/02/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 19/02/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 22/02/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 22/02/2024, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 09/05/2024, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 10/05/2024, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 13/05/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 16/05/2024, às 00:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1312689** e o código CRC **7A602195**.
